

PROFESSOR NO BRASIL: DE "DESPERCEBIDO" A "PERSEGUIDO"

Teacher in Brazil: from "unnoticed" to "persecuted"

Silas Alberto Garcia-UFG*

Idayany Araújo Cardoso de Almeida – UFJ**

Guenther Carlos Feitosa de Almeida- IFS***

Resumo: Este ensaio objetiva tentar compreender o papel do professor na atual conjuntura brasileira, tendo por base que, como se já não bastasse a desvalorização que os professores têm sofrido historicamente em nosso país, agora tem pairado uma onda de perseguição a eles. Para tal, no primeiro momento fará uma abordagem sobre as dimensões da precarização do trabalho docente no Brasil, já no segundo momento busca-se refletir sobre as implicações do discurso de perseguição aos professores e sobre o seu papel no atual cenário brasileiro. Conclui-se que todo o discurso ideológico criado para perseguir os ditos professores doutrinadores e ideólogos não passa de um estratagema para viabilizar que a educação e os professores sejam controlados e normatizados a compactuarem com os preceitos e ideologias do fundamentalismo religioso e do neoliberalismo.

Palavras-chave: Professor. Desvalorização. Perseguição. Precarização docente.

Abstract: This essay aims to try to understand the role of the teacher in the current Brazilian situation, based on the fact that, as if the devaluation that teachers have historically suffered in our country was not enough, a wave of persecution has hovered over them. To this end, in the first moment it will approach the dimensions of the precariousness of teaching work in Brazil, in the second moment, it seeks to reflect on the implications of the discourse of persecution of teachers and on their role in the current Brazilian scenario. It is concluded that all the ideological discourse created to persecute the so-called indoctrinating teachers and ideologues is nothing more than a stratagem to enable education and teachers to be controlled and standardized in order to comply with the precepts and ideologies of religious fundamentalism and neoliberalism.

Keywords: Professor. Devaluation. Persecution. Teacher precariousness.

INTRODUÇÃO

Falar sobre a precarização do trabalho docente não é nenhuma novidade no cenário brasileiro, pelo contrário, já virou até "protocolo". Isso porque esse processo tem sido permeado por muito tempo no nosso país. Portanto, se trata de um processo que se arraigou na sociedade brasileira e que está vigorosamente presente na hodiernidade.

Embora no final do século XX dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 tenham primado sobre a valorização do trabalho docente, notamos que na realidade educacional quase não houve melhorias, a valorização ficou apenas no papel (OLIVEIRA; PIRES, 2014). Além disso, a partir da década de 1990 verifica-se a

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduado no curso de Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus ESEFFEGO. E-mail: silasgarcia11@gmail.com.

** Mestra em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professora de Educação Física da Rede Municipal de Educação de Goiânia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Germinal - Universidade Federal de Jataí.. E-mail: idayany@gmail.com.

*** Doutor em Educação pela PUC Goiás. Professor do Instituto Federal de Goiás, Campus Inhumas. Orientador no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IFG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Ciências e do Grupo de Pesquisa: Políticas Educacionais e Gestão Escolar da PUC. E-mail: guenther.carlos@gmail.com.

intensificação da precarização do trabalho do professor (ABONIZIO, 2012; BORGES; CECÍLIO, 2018; MAROZONEZE; LARA, 2011).

Na conjuntura hodierna notamos que apesar de diversos embates e enfrentamentos realizados por movimentos sociais e educadores na tentativa de buscar melhorias, valorização, prestígio, investimentos, a educação e a profissão docente continuam desvalorizadas, precarizadas e ignoradas pelos governantes. Ratificando isso, Lucyk e Graupmann (2017, p. 13) pontuam o seguinte:

É mister afirmarmos que a educação é de fundamental importância ao desenvolvimento do homem, sendo concebida enquanto principal via de acesso ao progresso socioeconômico de um país. Contrariando o esperado, ao mesmo tempo em que a educação é apontada como elemento de basilar relevância, também sofre um substancial desprestígio da sociedade. Frente a isso, o/a professor/a, da mesma forma que a educação, vem sofrendo um constante desrespeito social e financeiro, atuando em péssimas condições e longas jornadas de trabalho.

Sendo assim, nota-se que até então os professores não tinham sido "percebidos" pelos governantes do Brasil, entretanto, com a entrada do novo governo brasileiro em 2019, isso mudou, porém para uma situação ainda mais tenebrosa. Agora, além da desvalorização, o governo tem incitado um discurso de perseguição ao professor. Logo, o professor passou de "despercebido" a "perseguido". Deste modo, surgem as seguintes indagações: Quais as implicações deste novo processo para os professores? Qual o papel do professor neste cenário vigente?

Portanto, este ensaio surge da necessidade de se compreender as implicações do discurso de perseguição aos professores e objetiva tentar compreender o papel do professor na atual conjuntura brasileira, tendo por base que, como se já não bastasse a desvalorização que os professores têm sofrido historicamente em nosso país, agora tem pairado uma onda de perseguição ideológica a eles. O presente ensaio, a fim de alcançar seu objetivo, foi dividido em dois tópicos, o primeiro fará uma abordagem sobre as dimensões da precarização do trabalho docente no Brasil, enquanto que o segundo buscará refletir sobre as implicações do discurso de perseguição aos professores e sobre o papel do professor no atual cenário brasileiro.

DIMENSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL

O movimento de configuração do trabalho do professor no século XXI acompanha em alguma medida o movimento de reconfiguração do trabalho na sociedade atual. A precarização do trabalho é uma categoria inerente ao modo de produção capitalista, onde há trabalho alienado existe precarização do trabalho. A precarização se manifesta de várias formas, ainda que todas elas com suas grandes diferenças não deixem de ser precarização. Analisaremos duas formas de precarização do trabalho na contemporaneidade, a saber: o controle e descrédito; e a conformação ao trabalho flexível e suas determinações.

A primeira forma de precarização está relacionada ao controle e ao descrédito do trabalho docente. Com suas singularidades o trabalho docente passa nas instituições educacionais, em especial as públicas, por um processo de controle e descrédito. O controle, assim como identificado por Freitas (2012), é operado especialmente pelo alinhamento das redes de ensino às ações e formas de ser das avaliações em larga escala. Estas determinam tanto o conteúdo quanto a organização do trabalho pedagógico com a finalidade de alavancar o rendimento nestes testes. Assim, métodos de ensino, conteúdos das disciplinas, formas de integração dos currículos e conteúdos não escolares passam a ser determinados por descritores que originalmente são formulados em Organismos internacionais¹ e posteriormente incorporados nas orientações curriculares nacionais. Processa-se assim uma redução da ação docente e da escola, do conteúdo escolar e do trabalho pedagógico à agenda e direcionamento das avaliações em larga escala (EVANGELISTA, 2013).

Associado ao controle há o processo de descrédito do trabalho docente. Esse processo se manifesta pela responsabilização do docente e da escola pelo rendimento dos estudantes no processo educacional e no desempenho em testes internacionais padronizados. Freitas (2012) apresenta que os resultados e rendimentos nas avaliações em larga escala em algumas redes são publicizados, o que alguns casos provoca constrangimentos em docentes e nas gestões escolares. Essa atitude

¹ UNESCO, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc.

desconsidera um conjunto de variantes que envolvem o trabalho educativo como: o financiamento, as condições de infraestrutura e trabalho, as condições de pesquisa e planejamento de docente e da gestão da escola, o nível prévio de conhecimento dos estudantes, o tipo de apoio familiar que os alunos têm no desenvolvimento dos estudos, entre outras.

Mais recentemente no período de pandemia do Coronavírus (SARS-CoV-2), outras mediações se colocaram ao processo de precarização do trabalho. É flagrante que docentes comprem materiais e recursos para o desenvolvimento das aulas com seu próprio salário, desde folhas, materiais artísticos até recursos eletrônicos e tecnológicos. Boa parte dos custos do trabalho educativo são arcados pelo docente. Outro aspecto do trabalho docente na pandemia é a intensificação do trabalho que passou a incorporar as atividades de produção, gravação e edição audiovisual para as vídeo-aulas.

A segunda forma de precarização está relacionada à conformação do trabalho docente ao modelo flexível de trabalho. O trabalho flexível é a principal característica do precário mundo do trabalho vigente. Característica esta que se desenvolve com o modo de organização e produção toyotista. Sendo assim como o trabalho docente está configurado frente a realidade da reestruturação produtiva do capital? O mundo do trabalho necessita de se adaptar as velozes transformações impostas pelos ciclos cada vez mais curtos de produção de mercadorias. Essas adaptações foram primeiramente sentidas por trabalhadores diretamente ligados a produção de mercadorias, mas esta lógica se estendeu aos mais variados tipos de categoria profissional, incluindo o trabalhador docente.

Um exemplo dessas velozes transformações na vida do professor está presente no processo de formação, pois a lógica atual é a aceleração da formação para a rápida inserção deste profissional no mercado de trabalho. Com isso nos deparamos com uma formação precária, *enxuta*, como é o caso dos cursos de licenciatura (geralmente oferecidas por universidades privadas) em que podem ser realizados em até dois anos, podendo ser cursados na modalidade à distância ou parceladamente (aulas somente aos finais de semana).

Atendo-nos apenas aos modos de flexibilização da contratação e salário do trabalhador docente. O modelo fluido de contrato de trabalho, ou seja, o trabalho com tempo determinado de expiração, e também a terceirização do trabalho conduz professores a uma realidade de sobrevivência imediata, impossibilitando qualquer tipo de estabilidade e planejamento para um futuro um pouco mais distante (são exemplos, os professores substitutos, eventuais etc.)

A terceirização do trabalho não é algo novo que surge com o advento do modelo de produção toyotista, ela apenas se acentua mais nesse momento. Na verdade se constituiu em uma atividade laboral presente na organização do trabalho artesanal desenvolvido nas casas, em família. Estendia-se também a atividades artesanais rurais desenvolvidas ao longo do século XVI. (DIAS; SALES, 2012) Já no século XVIII, no setor industrial a terceirização se transforma e ganha traços de natureza flexível. A produção passa a ser por encomenda de maneira informal, fora da fábrica, “a domicílio”². De maneira que pais, mães, filhos, entre outros trabalhassem para garantir o sustento da família.

Na passagem do século XX para o século XXI a terceirização é utilizada no período de acumulação fordista/taylorista. Inicia-se nas indústrias têxteis e automobilísticas, mas não demora, com o desenvolvimento da crise estrutural do capital (1968-1973) a se estender a todos os outros setores. O que antes era uma modalidade de trabalho existente, mas pouco disseminada, passa a ser a centralidade da organização do trabalho nos moldes flexíveis, na era toyotista e se amplia para as várias áreas de trabalho.

Utilizada demasiadamente no setor industrial, a terceirização se ergue no quadro da crise estrutural do capital, sofre mutações, alcança elevado nível de externalização e se converte em um fenômeno mundial. Como corolário, deixa de ser uma prática restrita ao setor industrial, intensifica-se e se expande para outras áreas de trabalho, como a área do comércio e o setor de serviços, assim como se estabelece contraditoriamente tanto no setor privado como no âmbito do setor público da economia. (DIAS; SALES, 2012, p. 6)

Essa disseminação da terceirização para as várias áreas de trabalho chega ao trabalho docente. Empresas se especializam em contratar trabalhadores e então essas são contratadas para oferecerem seus serviços para outra empresa, instituição etc. Dessa forma, essas empresas contratam vários

² Para maiores detalhes consultar o capítulo XII do Vol. I de O Capital de Karl Marx.

docentes (do ensino básico ao ensino superior) e os coloca à disposição de escolas e universidades que preferem lidar diretamente com apenas um contrato, que seria com a empresa fornecedora do serviço, do que com vários contratos individuais. Dessa forma várias são as implicações com esse tipo de contrato de trabalho, como por exemplo: a instabilidade, insegurança, desvalorização trabalhista e social.

A tensão sobre saber se estará empregado ou não na próxima semana faz com que vários trabalhadores não desenvolvam planos futuros, desde aspectos básicos como uma compra parcelada, ou até mesmo situações mais definitivas, como se casar ou ter um filho. A desvalorização trabalhista e social se remete principalmente ao distanciamento entre os trabalhadores diretamente vinculados à empresa e aqueles que são integrantes por meio da subcontratação. Não há a relação de identidade de pertencimento ao local de trabalho. Isso impede a reivindicações de melhoria das condições de trabalho no local subcontratado, impossibilita a organização para participar de movimentos de greve por exemplo.

Sob os moldes flexíveis de contratação, como é o caso do contrato temporário e do contrato de trabalho em tempo parcial, vários professores são contratados sob as seguintes motivações: como substitutos de outros professores que se afastam da instituição, seja por motivos de saúde, estudo; para atender demandas sazonais de aulas nos cursos; ou então assumindo um trabalho que necessitaria de um professor efetivo³. Essa é uma realidade que vem crescendo em escolas e universidades públicas em todo Brasil.

Gomes (2017) identificou que um terço dos docentes das redes públicas de ensino são contratados temporariamente. Este contexto na educação básica consolida, segundo a autora, uma flexibilização na contratação de professores ocasionando redução no valor pago pelo trabalho docente. Nas redes públicas algumas gratificações e progressões foram retirados dos vencimentos básicos para se transformarem em remuneração acessória aos pisos. No caso de contratação de professores temporários algumas destas gratificações não são pagas provocando uma redução no valor financeiro do trabalho do professor.

O contrato temporário impede que os trabalhadores criem identidade com o local de trabalho, com os colegas de trabalho e com o próprio trabalho em si, de forma que o desenvolvimento do seu trabalho pode ser impedido antes de ser finalizado, ou seja, o contrato pode ser encerrado faltando alguns meses para se terminar uma disciplina, por exemplo, além da superexploração (expressa, por exemplo, na imensa carga horária) destes trabalhadores. Na composição do quadro da precarização, da desvalorização social e financeira da atividade do professor soma-se a perseguição ao trabalho e diversas tentativas de uniformização ideológica do trabalho educativo. Essas últimas dimensões da precarização do trabalho docente mencionadas serão abordados no tópico subsequente.

O DISCURSO DE PERSEGUIÇÃO AOS PROFESSORES E O PAPEL DO PROFESSOR NO ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO

Com a ascensão da ala política de extrema direita, alicerçada pelas ideologias neoliberal, neoconservadora e pelo fundamentalismo religioso (FRIGOTTO; FERREIRA, 2019), estamos vivendo um período de obscurantismo extremo em nosso país. Não precisamos fazer o menor esforço para percebermos isso, pois tal fato fica evidente nos discursos e nas ações do governo brasileiro. Nesta trama, obviamente, a educação é impactada diretamente, basta observarmos os cortes orçamentários realizados e o desdém com as causas educacionais que o próprio Ministério da Educação vem apresentando. Neste viés, Ferrari (2019, p. 70) assevera que

[...] Jair Bolsonaro demonstra através das suas deliberações, decretos e projetos de leis nos diferentes setores da sociedade brasileira quais são suas reais intenções ao comandar a presidência do país. Com uma agenda política que escancara sua aliança com a onda conservadora, com o capital estrangeiro, principalmente o americano, com o setor ruralista e empresarial, com a venda da educação pública para empresas privadas em uma tentativa de sucateamento deste bem público ao torná-lo uma

³ Nesse último caso os entes públicos mantêm professores temporários mesmo havendo déficit de professor nas redes públicas de ensino Gomes (2017). Essa prática tem mantido o patrimonialismo nas redes de ensino.

mercadoria. A extrema direita conservadora está mais viva que nunca, com uma nova roupagem e mostrando sua perversidade.

Haja vista o que a autora nos apresenta, fica evidente que uma das bandeiras do governo Bolsonaro é a destruição da educação pública. Tal fato não é nenhuma novidade visto que esse governo se pauta por uma ideologia neoliberal. Nesse sentido, como nos lembram Lopes e Caprio (2008), em uma política neoliberal, busca-se a transformação da educação em mercadoria, ou seja, a privatização da educação, pois a educação pública não é rentável ao mercado. Fazendo uma análise sobre os principais ataques que este governo vem fazendo à educação, Ferrari (2019, p. 71) arrola as seguintes questões:

[...] menos investimentos em ciências humanas; punição a 'balbúrdia' das universidades federais; corte orçamentário em todas as federais; cortes de bolsas da Capes; varrer a 'ideologia' no Enem; punir alunos agressores; filmar alunos cantando hino, e por fim mudar livros didáticos.

Neste conluio, evidentemente, os professores também vêm sofrendo. Além da precarização do seu trabalho, da desvalorização da sua profissão, dos baixos salários, agora eles estão sendo perseguidos pelo governo brasileiro. São acusados de serem doutrinadores políticos, ideólogos partidários, etc. Todavia, esse processo não surge com o governo Bolsonaro, ele só se tornou mais preponderante. Este projeto já vinha se delineando com a ascendência da ideologia neoconservadora e neoliberal, o projeto Escola sem Partido é um nítido exemplo disso. De acordo com Paulino (2018) o movimento Escola sem Partido foi criado em 2004 por Miguel Nagib, um advogado e Procurador do Estado de São Paulo. Entretanto, o Escola sem Partido ficou bem mais popular em 2014, quando virou projeto de lei sendo apropriado primeiramente – e coincidentemente – pelos filhos do presidente Jair Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e Flávio Bolsonaro.

O movimento Escola sem Partido preconiza ter como intuito combater a suposta “[...] doutrinação ideológica dos professores sobre os alunos, tanto no conhecimento quanto nos valores” (FRIGOTTO; FERREIRA, 2019, p.108), buscando a neutralidade no ensino. Contudo, sabemos que esse não é seu objetivo principal, usam esse discurso apenas para mascarar o seu propósito fundante que é “[...] colocar o professor sob constante vigilância, a fim de evitar que este confronte as convicções morais dos pais dos estudantes” (PAULINO, 2018, p. 6).

Esta vigilância aos professores tem sido propagada nos discursos do presidente Jair Bolsonaro, pelo ex-ministro da Educação Abraham Weintraub e por toda a ala neoconservadora. A revista Veja (2019, s. p.) fez uma matéria em que nela consta a seguinte fala do presidente em relação a gravação das aulas dos professores: “Só o mau professor se preocupa com isso daí”. Neste mesmo sentido, o site Uol (2019) publicou uma reportagem sobre a defesa do ex-ministro da Educação à gravação de aulas dos professores pelos alunos e também por causa de um vídeo que Jair Bolsonaro postou no Twitter, no qual ele defende a ação de uma aluna de um cursinho que tinha gravado a aula de uma professora pelo fato desta ter criticado o movimento Escola sem Partido, o governo Bolsonaro e o afamado guru Olavo de Carvalho.

Posto isso, fica nítido a tentativa desse governo de vigiar/controlar os professores para que eles não contestem os princípios morais da família patriarcal ancorada pelo fundamentalismo religioso, logo, cria-se um contexto de perseguição aos professores. Isto porque de acordo com Frigotto e Ferreira (2019) o fundamentalismo religioso integra diversas concepções religiosas neopentecostais que possuem como propósito tirar proveito das classes subalternas para se enriquecerem. Assim, para conseguirem isto eles utilizam como pilar principal a recusa da educação básica aos seus fiéis.

Destarte, nos convém lembrarmos de Paulo Freire (1984), quando escreveu que seria muita inocência nossa esperar que a classe dominante construísse uma educação que possibilitasse a classe subalterna perceber as desigualdades sociais e a exploração que eles sofrem. Além de deixar os indivíduos alienados, o fundamentalismo religioso busca tentar restringir que seus fiéis tenham acesso ao conhecimento, isto é, repudia a educação. Inclusive, os ataques proferidos a Paulo Freire, à sua metodologia de ensino, ao seu posicionamento político, tem sido cada vez mais recorrente, até cogitaram transferir o título de patrono da Educação para outra pessoa. Estes ataques não acontecem por acaso, Freire representa uma enorme ameaça para eles, visto que ele é defensor de uma educação libertadora, autônoma, reflexiva e, mormente, uma educação para todos. E como nos aponta Paulino

(2018), esses elementos defendidos por Freire são totalmente contrários aos princípios adotados pelos neoconservadores e neoliberais.

[...] Olavo de Carvalho faz perguntas absurdas sobre quem de relevância Freire teria ajudado a formar, como se o objetivo de alfabetizar agricultores fosse menos nobre. No entanto, nos perguntamos se há algo mais digno e primordial do que criar o acesso ao direito à educação para homens e mulheres agricultores do sertão nordestino. Ainda assim, a argumentação simplista cumpre seu papel, tendo por intenção destruir a imagem de Freire, associando-o ao comunismo e afirmando que seu método não teria beneficiado a educação do país. Neoconservador e neoliberal assumido, Olavo de Carvalho acredita em meritocracia. Para ele, não há mérito em alfabetizar agricultores porque não há utilidade nisso, uma vez que o mercado necessita de analfabetos para mantê-los em posições de trabalho subalternas (PAULINO, 2018, p. 11).

Outrossim, em conformidade com Paulino (2018) o movimento Escola sem Partido –que tem propagado essas ideias no cenário educacional – foi criado para atender as intenções do mercado e do fundamentalismo religioso. Como consequência dessa união do neoliberalismo com o fundamentalismo religioso a autora aponta os seguintes aspectos:

[...] O perigo da junção entre dois elementos tão poderosos reside no fato de que estão transformando o professor e a instituição escolar em inimigos da família e dos alunos. Prova maior é o estímulo à delação destes por parte dos pais e de seus filhos, além da publicidade distribuída nas redes sociais que transformam o educador em uma espécie de monstro a ser combatido e vigiado para o bem da sociedade (PAULINO, 2019, p. 8).

Neste contexto promiscuo que estamos passando, pode se tornar cada vez mais comum noticiários de professores sendo gravados por alunos, cada vez mais rotineiro relatos como o da Gazeta do Povo (2019), de que um professor foi demitido após estudante gravar um momento da sua aula em que ele criticava o governo Bolsonaro. Assim sendo, o professor só poderá expressar sua opinião caso seja favorável aos princípios neoconservadores e neoliberais desse governo, estando “[...] sob risco de punição, denúncia, processo, etc., caso, haja qualquer defesa em sentido contrário [...]” (CASTRO, 2019, p. 314).

Destarte, pactuando com o pensamento de Castro (2019), tendo em vista esse cenário tenebroso para os professores, muitos por medo de serem perseguidos, de serem caluniados, por receio de perderem o emprego, etc., acabam ficando sem alternativas, tendo que se sujeitarem às normativas ideológicas de educação impostas pelo fundamentalismo religioso e pelo neoliberalismo. Portanto, eles precisam se policiarem e modificarem suas metodologias para não contrariarem essas normativas. Então, qual seria o papel do professor nesta conjuntura que o Brasil está passando? Certamente, o seu papel já não é mais o mesmo. O professor não possui mais autonomia e liberdade para ensinar ou para expressar seu pensamento, pois caso fizer isto, será reprimido e perseguido. Deste modo, o papel do docente fica limitado ao ensino daquilo que a normativa do fundamentalismo religioso e do neoliberalismo permitem.

E o que o fundamentalismo religioso e o neoliberalismo querem que os professores ensinem? Ora, notoriamente eles querem que os professores os ajudem a propagarem a suas ideologias de classe, pois eles representam a classe burguesa e não querem que os professores ensinem os seus alunos a serem críticos, visto que isto poderia trazer dificuldades para esta classe manter a sua hegemonia. Sendo assim, o professor será um mero transmissor de informações que expressam a ideologia do o fundamentalismo religioso e o neoliberalismo.

À vista disso, a contradição e a incoerência estão desveladas. Aqueles que estão incitando o discurso de perseguição e que imputaram aos professores o papel de ideólogos e doutrinadores, estarão contribuindo para que os professores sejam de fato doutrinadores e ideólogos. Desta forma, fica explícito que a preocupação da ala política em ascensão não é com a suposta doutrinação que os professores estariam fazendo, posto que é isto que eles objetivam fazer. O intuito é tão somente realizar a doutrinação do modo deles e de impor as ideologias que os interessam. Por conseguinte, esse discurso de não tolerar professores doutrinadores e ideólogos nas escolas é uma farsa, isto por que como nos enfatiza Frigotto e Ferreira (2019, p. 108-109)

Para impor seus objetivos tanto o Movimento Escola sem Partido quanto o fundamentalismo religioso as suas crenças valem-se do falseamento de conceitos e manipulação da boa-fé. Ao acusar que a escola tem partido, busca-se confundir os pais e a sociedade de modo geral, pois grande parte dos professores vale-se de seu público cativo para doutrinar de acordo com o partido de preferência. Se isso fosse verdade, até que seria uma doutrinação democrática, pois no conjunto dos professores há adeptos de todos os partidos políticos. Mas os proponentes do movimento sabem muito bem que não é isso.

[...] O Movimento também sabe que nenhuma escola defende um determinado partido político. O que o preocupa é sob que bases teóricas os professores efetivam sua docência em toda e qualquer área de conhecimento. Sabe que pelo conteúdo e método de produção e socialização do conhecimento trabalhado na escola, ela exerce uma determinada função política: transformadora ou conservadora. O que o preocupa e autoritariamente querem silenciar são aquelas análises que têm sua base em autores que ajudam aos jovens a entender a natureza das relações sociais de classe, sob uma sociedade das mais desiguais e violentas do mundo. Ou seja, autores e análises que dão base para que cada um, autonomamente, exerça aquilo que Aristóteles dizia do ser humano: um ser essencialmente político [...].

Diante do que foi expresso pelos autores na citação acima, nos fica claro qual é a real intencionalidade da perseguição aos professores. O propósito de toda essa trama é inviabilizar que a educação seja transformadora, que os estudantes tenham um pensamento crítico e, mormente, que tenham consciência política, pois isso significaria um grande entrave na ascensão e na manutenção da ideologia do fundamentalismo religioso e do neoliberalismo.

Ademais, neste contexto, uma das primordiais funções da educação é somente a preparação dos alunos para o mercado de trabalho, não há preocupação com o desenvolvimento integral, com o pensamento crítico, com a autonomia, a única preocupação é que os educandos e a educação sejam lucrativos para o mercado. Qualquer professor que tentar fugir deste propósito, isto é, que buscar realizar um ensino crítico, reflexivo, humanitário, será declarado inimigo e julgado como doutrinador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, balizado pela objetivação de buscar compreender o papel do professor na conjuntura brasileira de ascensão da ala neoliberal e neoconservadora, o desenvolvimento deste ensaio permite-nos constatar o lastimável quadro de opróbrio total que a profissão docente vem enfrentando hodiernamente no Brasil. A precarização docente não é um processo novo Brasil, pelo contrário, é um legado histórico que advém e segue a lógica da sociedade capitalista de precarização trabalhista. Não obstante, nos últimos anos a precarização docente se intensificou demasiadamente e a carreira deste profissional tem sido cada dia mais difícil e descreditada em virtude deste processo e da iminente perseguição ideológica.

Aproveitando-se que conseguiram chegar ao poder, os neoliberais, os neoconservadores e os fundamentalistas não perderiam a oportunidade para propagarem suas ideologias. E qual seria o caminho propício para eles imporem suas ideologias? Certamente pela Educação. Então, todo o discurso ideológico criado para perseguir os ditos professores doutrinadores e ideólogos não passa de um estratagema para viabilizar que a educação e os professores sejam controlados e normatizados a compactuarem com os preceitos e ideologias do fundamentalismo religioso e do neoliberalismo. Assim, não haverá um ensino ou uma educação crítica, que possibilitará aos aprendizes perceberem as desigualdades, mas sim uma educação alienante que estará direcionada para a manutenção das desigualdades sociais, das desigualdades étnicas, das desigualdades de gênero, das desigualdades sexuais, etc.

Visto isso, estamos diante de uma conjuntura tenebrosa e obscura. Ser professor de fato neste atual contexto, isto é, buscar contribuir para o desenvolvimento global dos alunos, para uma formação crítica, humanitária e autônoma, representa sermos inimigos do Brasil. O professor nunca foi valorizado em nosso país, sempre sofreu com a precarização do seu trabalho, com a baixa remuneração, com a falta de plano de carreira, etc., entretanto, além disso tudo, agora ele vem sofrendo com ameaças, perseguições, controle e punições. Então, o professor passa por um momento de total desprestígio, vulnerabilidade e extrema decadência.

No contexto de pandemia, o discurso de perseguição ao professor teve uma atenuação (já o processo de precarização se avultou), porém ele ainda é presente, assim que as coisas "normalizarem" certamente ele virá à tona novamente, uma vez que o ataque à educação sempre foi uma das principais bandeiras do governo Bolsonaro e de seus seguidores. Desse modo, cabe a nós educadores lutarmos e resistirmos a esse promíscuo e nefasto processo. O aparato e artifício mais poderoso que temos para combater essa lógica é continuarmos a exercer nossa profissão com total competência e esmero para que possamos contribuir para o processo de formação de sujeitos críticos e emancipados, pois assim teremos cidadãos com mais consciência social e política e dessa maneira a ideologia degenerativa da ala política neoliberal e neoconservadora poderá ser solapada. Com isso pode-se principiar um movimento indutor para que a profissão docente seja efetivamente mais valorizada e prestigiada. Não custa nada sonharmos com isso.

REFERÊNCIAS

- ABONIZIO, G. Precarização do trabalho docente: apontamentos a partir de uma análise bibliográfica. *Ensino de Sociologia em Debate*, Londrina, v. 1, n. 1, p.1-28, 2012.
- BORGES, E.F.; CECÍLIO, S. O trabalho docente no Brasil [década de 1950 aos dias atuais]: a precarização no contexto de (re)democratização. *Holos*, [S.l.], v. 5, p.177-194, 2018.
- CASTRO, M.R. Capitalismo dependente, conservadorismo e educação: uma análise dos ataques reacionários à educação brasileira. *Trabalho Necessário*, [S.l.], v. 17, n. 33, p.298-320, 2019.
- DIAS, A.P.; SALES, F.J.L. Dimensão da precarização do trabalho: o adoecimento do trabalhador. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste Pré-Altas Brasil, XV, 2012, Teresina. *Resumos [...]*. Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT15-22.html>. Acesso em: 05 fev. 2021.
- EVANGELISTA, O. Qualidade da educação pública: estado e organismos multilaterais. In: LIBÂNEO, J.C.; SUANNO, M.V.R.; LIMONTA, S.V. (Org.) *Qualidade da escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores*. Goiânia: Ceped Publicações; Gráfica e Editora América: Kelps, 2013. p. 13-45.
- FERRARI, J.F. O processo de bolonha e os cortes na educação superior do governo bolsonarista: considerações a partir de textos jornalísticos. *Ensaio Pedagógico*, Sorocaba, v. 3, n. 2, p.69-77, 2019.
- FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FREITAS, L.C. Os reformadores empresariais da Educação: da desmoralização do magistérios à destruição dos sistemas públicos de Educação. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- FRIGOTTO, G.; FERREIRA, S.M.. Cultura autoritária, ultraconservadorismo, fundamentalismo religioso e o controle ideológico da educação básica pública. *Trabalho Necessário*, [s. l.], v. 17, n. 32, p.88-113, 2019.
- GAZETA DO POVO. *Colégio demite professor após crítica a Bolsonaro em sala de aula*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/colégio-demite-professor-apos-critica-a-bolsonaro-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 03 ago.2019.
- GOMES, T. *Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil: implicações para a categoria docente*. Dissertação de Mestrado. 2017. P. 302. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- LOPES, E.C.P.M.; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, n. 5, 2008.

LUCYK, V.P.K.; GRAUPMANN, E.H. Desvalorização do Trabalho Docente Brasileiro: uma Reflexão de seus aspectos históricos. *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, v.7, n.20, p.11-27, 2017.

OLIVEIRA, L.J.; PIRES, A.P.V. Da precarização do trabalho docente no Brasil e o processo de reestruturação produtiva. *Revista do Direito Público*, Londrina, v. 9, n. 1, p.73-100, 2014.

PAULINO, C.V. O impulso neoliberal e neoconservador na educação brasileira: a imagem do "professor doutrinador" e o projeto "escola sem partido". *Educere Et Educare*, [s.l.], v. 13, n. 28, [s.p.], 2018.

MARONEZE, L.F.; LARA, A.M.B. A precarização do trabalho docente no contexto da reorganização capitalista e das mudanças na legislação educacional brasileira pós 1990. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 2, n. 3, p.58-70, 2011.

VEJA. *Bolsonaro defende gravação de professores por alunos em sala de aula*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-gravacao-de-professores-por-alunos-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 01 ago.2019.

UOL. *Ministro da Educação diz que filmar professores em aula é direito dos alunos*. Disponível: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/04/28/ministro-da-educacao-diz-que-filmar-professores-em-aula-e-direito-dos-alunos.htm>. Acesso em: 01 ago.2019.

Recebido em: 10.01.2021

Aprovado em 10.04.2021